



**ACÓRDÃO Nº429/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11134/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Eirunepé.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Walter Alexandre Menezes Bezerra (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5.851.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1688/2019-DMP, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Eirunepé. Exercício de 2017.

*Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação. Notificação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Eirunepé, referente ao exercício financeiro de 2017, de responsabilidade do Gestor, ordenador de despesa, **Sr. Walter Alexandre Menezes Bezerra**, conforme o art. 22, inciso III, "b" e "c" c/c art. 25, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;
- 10.2. **Considerar em Alcance** o **Sr. Walter Alexandre Menezes Bezerra**, Presidente da Câmara Municipal de Eirunepé, exercício de 2017, no valor de **R\$ 58.200,00** (cinquenta e oito mil e duzentos reais), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Eirunepé com fulcro no artigo 304, I, da Resolução nº 04/2002 - Regimento Interno do TCE, pela concessão de diárias sem a devida comprovação da finalidade pública das despesas, visto não ter apresentado quaisquer documentos (Certidões, Declarações de Comparecimento) que demonstrassem o nexo causal entre as viagens e finalidade pública;
- 10.3. **Aplicar Multa** ao **Sr. Walter Alexandre Menezes Bezerra**, Presidente



**ACÓRDÃO Nº429/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

da Câmara Municipal de Eirunepé, exercício de 2017, no valor de **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais), com fulcro no artigo 54, II da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, em face do disposto nos itens 19-22, 34-39, 40-47, 48-51, do Voto; que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Walter Alexandre Menezes Bezerra**, Presidente da Câmara Municipal de Eirunepé, exercício de 2017, no valor de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), com fulcro no artigo 54, II da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, I, "b" da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, por atraso na remessa dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º e 2º semestres de 2017, conforme disposto nos itens 52-55, do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.5. Determinar à origem:**

**10.5.1.** Que cumpra o disposto artigos 48, II e 48-A da Lei de Responsabilidade Fiscal, assim como art. 8º, §§ 1º e 2, da Lei 12.527/11;

**10.5.2.** Que cumpra o disposto na Lei Municipal nº 004/1999 e que apresente certidões emitidas pelas entidades e órgãos que motivaram a viagem e o recebimento das diárias, dando cumprimento ao art. 70, parágrafo único, da CF/88;

**10.5.3.** Que cumpra o disposto no art. 37, XXI, da CF, assim como na Lei nº 8.666/1993, em especial, art. 3º e art. 23,



**ACÓRDÃO Nº429/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

§5º, que trata do fracionamento de despesas;

**10.5.4.** Que cumpra o disposto no art. 29-A, I, da CF/88;

**10.5.5.** Que cumpra o disposto no art. 5º, da Resolução nº 24/2013 TCE/AM, assim como aos artigos 48, 48-A e 55, §1º, da Lei Complementar nº 101/2000;

**10.6. Determinar** à próxima Comissão de Inspeção do TCE/AM que acrescente no Plano de Auditoria as matérias trazidas como DETERMINAÇÃO à origem, para no caso de reincidência aplicar-se o disposto no art. 54, IV, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, IV, “b”, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM;

**10.7. Notificar o Sr. Walter Alexandre Menezes Bezerra** com cópia do Relatório/Voto, e o Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.

**11- Ata:** 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 28 de Maio de 2019.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro Relator

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**  
Procurador-Geral, em substituição